

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



DESENVOLVIMENTO RURAL EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS: A RECIPROCIDADE ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS LOCAIS NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL EM CRATO-CE

Maria Clara Honório Gomes¹, Maria Messias F. Lima²

Resumo: Este ensaio tem como objetivo analisar o desenvolvimento rural a partir da reciprocidade entre políticas públicas e processos locais no assentamento 10 de Abril em Crato-CE. A pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa. Os dados têm origem primária e secundária, sendo que os primeiros serão obtidos via entrevista semiestruturada com autores que influenciam os processos organizativos locais, bem como instituições que promovem a difusão de práticas alternativas para a convivência com o semiárido e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Assentamento. Através da pesquisa bibliográfica e documental, caracterizou-se as principais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, dentre elas: segurança alimentar e nutricional, segurança e gestão hídrica, incluindo políticas de convivência com o semiárido. Entre os Programas foram incluídos: Hora de Plantar, Garantia Safra, Pronaf e Fomento Mulher.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Reciprocidade.

1. Introdução

O modelo de Desenvolvimento Rural é apontado como resposta às demandas da nova ordem mundial, em que o capital necessita de novos elementos para iniciar um outro ciclo de acumulação, em que a mais valia relativa ocorre de forma globalizada. Ainda na década de 1990 autores, como Graziano da Silva (1996), Abramovay (1998) e Eli da Veiga (2001), ofereceram as bases teóricas e empíricas para o sustentáculo de um reordenamento para o campo brasileiro centrado em dois pilares: o desenvolvimento da agricultura patronal e familiar e, a multifuncionalidade do espaço rural. Por outro lado, a pobreza no campo, o elevado êxodo rural e o crescimento urbano desordenado resultaram no agravamento de vários problemas sociais que perpassaram o próprio limite que o sistema capitalista pode suportar, ou seja, a crescente pobreza rural e urbana tornava-se um entrave para a acumulação de capital.

A partir da redemocratização brasileira ressurgiu o debate sobre a questão agrária, através do fortalecimento dos movimentos sociais e o agravamento das questões relacionadas à posse e uso da terra. Os conflitos no campo na década de 1990 e início dos anos 2000 reverbera o atraso e descaso

1 Universidade Regional do Cariri, email: clara.honorio@urca.br

2 Universidade Regional do Cariri, email: messias.lima@urca.br

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



do Estado brasileiro no tratamento das relações de produção no campo. Esse cenário foi trabalhado com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e da criação em 1999 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nos anos 2000 o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva institucionalizou a política pública de desenvolvimento territorial rural, dando continuidade ao processo iniciado nos anos de 1990. O conceito de desenvolvimento, quando adjetivados, como econômico, rural ou sustentável imprime elementos que promovem uma visão mais ampla do conjunto de atores sociais e das demandas atuais da nova ordem mundial.

Sen (2000) apresenta uma reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e, a partir dessa reflexão ocorre uma ruptura definitiva com a visão meramente positivista e nos apresenta o desenvolvimento a partir da expansão das liberdades. Ou seja, “o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (p. 17). Todos esses elementos devem ser buscados pela sociedade, porém como um meio de expandir as liberdades dos indivíduos que se materializa pelo acesso aos serviços públicos e cidadania.

Para Bresser-Pereira (2008) o desenvolvimento, por si mesmo, sem o adjetivo econômico relaciona-se com a ideia de progresso que representa uma dimensão mais ampla da sociedade. Contudo o desenvolvimento econômico, ainda está muito restrito na ampliação da renda per capita, embora este represente, além do aumento da renda, mudanças estruturais que impactam nas relações de produção e distribuição da riqueza nacional. Em meio a esse cenário de rupturas teóricas o desenvolvimento rural também se caracteriza pela ampliação das funcionalidades que o campo oferece, incluindo uma maior preocupação com o meio ambiente e com a participação política do coletivo nas decisões e formulações de políticas públicas que envolvem o espaço rural.

Nesse contexto, surge a necessidade de compreender o que define ou delimita os espaços urbanos e rurais. Eli da Veiga (2001) chama a atenção para a necessidade de uma “estratégia de desenvolvimento” para o Brasil rural, colocando em xeque o nível de urbanização apontada pelos censos demográficos. Em 2003, através de novas metodologias utilizadas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Eli da Veiga afirma que “o Brasil é menos urbano do que se calcula”. Essa realidade é perceptível pelas mudanças nas relações entre os espaços urbano e rural,

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão”



envolvendo uma maior articulação entre produtos e serviços perpassando a dinâmica setorial.

Essa “nova” dinâmica aponta para o surgimento de algumas narrativas, ou “novos” mitos como chamou Graziano da Silva & Del Grossi (1998), quais sejam: As ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) são a solução para o desemprego no campo; As ORNAs podem ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas, já que as novas ocupações ampliam as possibilidades de geração de renda e amplia o mercado de bens e serviços locais; A reforma agrária não é mais viável, pelo seu elevado custo e baixa produtividade, o que em alguns casos o problema da pobreza se torna mais acentuado.

Nessa perspectiva o “novo” rural compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades (GRAZIANO DA SILVA & DEL GROSSI, 1998): Uma agropecuária moderna, que alcança elevados índices de produtividade aumentando a oferta agrícola, um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, lazer e a várias atividades agroindustriais, envolvendo também a prestação de serviços associados a determinados “nichos” de mercado. Nessa perspectiva, a agricultura familiar assume um papel importante, desde que tenha as condições de se inserir nessa nova ordem produtiva.

A questão que se coloca é como essas “novas” dinâmicas para o campo brasileiro vai impactar nos espaços em que predomina a pobreza rural, a baixa produtividade agrícola, baixo nível tecnológico e dificuldades para a formação de um mercado local. Essas são as características predominantes na agricultura familiar no Nordeste (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2011) e em espacial no semiárido. Nesse contexto, conceitos como reciprocidade e políticas públicas devem ser compreendidos para ser abordados como fatores fundamentais dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável. De início vemos o que reciprocidade é:

A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção – e de uma produção de excedentes – tão poderoso como aquela lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação dos excessos do livre mercado (SABOURIN, 2011, p. 32)

Outro conceito trabalhado para a compreensão do modelo de desenvolvimento rural é o de políticas públicas. De acordo com Sabourin (2017, p. 30), de modo geral,

[...] podem ser definidas como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta à existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



promovido ou publicitado como tal em termos de demandas ou de agenda.

Dessa forma existe uma congruência fundamental entre reciprocidade e política pública no processo de desenvolvimento rural e a sua relevância é notória para compreender a importância da reforma agrária verificando como o modelo de desenvolvimento rural atua para o desenvolvimento dos assentamentos. Nesse sentido, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar o desenvolvimento rural a partir da reciprocidade entre políticas públicas e processos locais no assentamento 10 de Abril em Crato-CE.

2. Metodologia

O recorte geográfico da área de estudo é o município do Crato/CE, localizado a 506 Km da capital do Estado. O objeto central da pesquisa é o Assentamento 10 de Abril, localizado neste município. A pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa. Os dados têm origem primária e secundária, sendo que os primeiros serão obtidos via entrevista semiestruturada com autores que influenciam os processos organizativos locais, bem como instituições que promovem a difusão de práticas alternativas para a convivência com o semiárido e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Assentamento. As principais instituições envolvidas são: Ematerce, Associação Cristã de Base (ACB) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial (SMADT). Os dados secundários foram obtidos junto aos órgãos oficiais: Incra, IBGE, IPECE, dentre outros.

3. Resultados parciais

Das pesquisas bibliográfica e documental resultou na construção da base teórica em alicerçada nas temáticas: questão agrária, desenvolvimento rural e reciprocidade. Buscou-se discutir os principais pilares desse modelo e como esses pilares sustentam as práticas que relacionam reciprocidade e políticas públicas no Assentamento, identificando o protagonismo social nas dimensões: econômica, social, política/organizacional e ambiental. As principais políticas analisadas voltadas para o desenvolvimento rural são: segurança alimentar e nutricional, segurança e gestão hídrica, incluindo políticas de convivência com o semiárido, transição para agricultura e pecuária de base agroecológica, educação contextualizada do campo, associativismo, casas de sementes, quintais produtivos e mandalas. Entre os Programas foram incluídos: Programa Hora de Plantar, Garantia Safra, Pronaf e Fomento Mulher.

4. Conclusão

Os resultados parciais apontam para um amplo conjunto de políticas públicas voltadas para os pequenos agricultores, tendo como destaque a questão da segurança alimentar e hídrica. Porém a reciprocidade entre políticas

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



públicas e processos locais ainda não foram investigadas. Contudo existem diversas instituições que acompanham e desenvolvem projetos que promovem a sustentabilidade no uso dos recursos coletivos, tais como: terra, água, equipamentos, infraestrutura dentre outros.

5. Agradecimentos

Ao Governo do Estado do Ceará e a Universidade Regional do Cariri, que através do fundo FECOP tem custeado a pesquisa.

6. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão, EESP/FGV 157, mar/2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José.; DEL GROSSI, M. E. **A evolução do emprego rural não agrícola no meio rural brasileiro**. Seminário Internacional Campo-Cidade. Paraná/PNUD. Curitiba/PR, 1998. (Versão ampliada não publicado).

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 24-51. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22435/13008>> Acesso em outubro de 2020.

_____. Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. v. 11, n. 02, jul-dez 2017, p. 29-48. Disponível em < <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5315/4466>> Acesso em: setembro de 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da.; et. all. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto provisório para Discussão, ago/2001.